

REVISITANDO OS CAMINHOS HISTORIOGRÁFICOS DE LUIS PALACÍN

Rogério Chaves da Silva*
rcmc26@bol.com.br

RESUMO: Neste trabalho, busco refletir sobre a trajetória historiográfica de Luis Palacín no Estado de Goiás. Especialista em História Moderna, com conhecimentos acumulados em Teoria da História, Filosofia e Teologia, Luis Palacín acabou não se filiando, do ponto de vista teórico, a qualquer corrente, e sim, apropriando-se de diferentes referenciais teóricos, conforme o momento histórico de suas pesquisas: de um início de carreira (anos 1970), marcado por trabalhos de cunho sócio-econômico, sob a influência da escola francesa dos *Annales*, foi um historiador, nos anos 80, interessado pelos fenômenos ocorridos no campo da cultura, com análises ancoradas em conceitos absorvidos da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e do marxismo de Lucien Goldman.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da história, historiografia, Luis Palacín.

Com formação superior em História e jesuíta por convicção, o padre espanhol Luis Palacín Gomez¹ desembarcou em solo goiano, na década de 1960, para principiar seu apostolado. Nessa mesma época, devido à vinculação de sua ordem religiosa, a Companhia de Jesus, com a Universidade Católica de Goiás,² Luis Palacín iniciou também sua carreira acadêmica, entregando-se à prática docente e à pesquisa em história. Desde então, esse jesuíta espanhol acabou dedicando grande parte de sua vida à pesquisa e escrita da “história de Goiás”.

Dessa forma, especialista em História Moderna, mas com conhecimento nas áreas de Teoria da História, Filosofia e Teologia, Palacín enveredou-se pelos rastros do “passado goiano”: adentrou arquivos portugueses e brasileiros, manuseou cartas oficiais e documentos de Estado, examinou a literatura de viajantes estrangeiros, visitou monumentos, constituindo-se, indubitavelmente, num dos maiores pesquisadores sobre a história deste

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

Estado. O conjunto de suas obras é prova incontestada desse ardor historiográfico: *Goiás: 1722-1822/ Estrutura e conjuntura numa capitania de minas, A fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás, Patrimônio histórico de Goiás, Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás, Quatro tempos de ideologia em Goiás, Coronelismo no extremo Norte de Goiás: Padre João e as três revoluções de Boa Vista e História política de Catalão*.³

Personagem central do cenário de sedimentação da ciência da história em Goiás, durante a década de 1960, Palacín trilhou vários caminhos historiográficos, nessa sua estada de quase quarenta anos no Estado, os quais podem ser mapeados a partir de olhar mais acurado sobre sua produção. Nesse artigo, então, proponho analisar, brevemente,⁴ a trajetória historiográfica percorrida por esse historiador, mas a partir de um enfoque específico: o confronto, sob o prisma da teoria, entre suas obras da década de 1970 com as dos anos 80 e 90.

Para iniciar essa empreitada, debruço-me sobre o primeiro grande esforço de investigação histórica feito por Palacín em Goiás, que resultou na construção de sua tese de Livre-Docência, uma das obras importantes da historiografia goiana: *Goiás: 1722/1822 - Estrutura e conjuntura numa capitania de minas*, depois reeditada sob o título de *O século do ouro em Goiás*. Penetrando nos meandros do “passado goiano”, Luis Palacín destacou a efetiva inserção de Goiás no mapa político brasileiro com a descoberta de ouro na região por Bartolomeu Bueno da Silva. Destacou ainda que, após um período áureo de exploração do ouro, a decadência desse tipo de atividade culminou na ruína econômica, política e social da recém-criada capitania de Goiás.

O núcleo de minha análise acerca dessa obra reside no seguinte postulado: embora Palacín não explicita as referências teóricas que embasaram essa pesquisa, a arquitetura desse texto historiográfico teve como sustentáculo teórico a escola francesa dos *Annales*, principalmente sua matriz econômico-social, marcada pelas contribuições de Fernand Braudel.

No texto em questão, não há, por parte do autor, qualquer menção, seja no corpo textual ou na bibliografia, sobre os aportes teóricos utilizados, mas uma leitura mais atenta permite extrair das teias narrativas os referenciais teóricos e os recursos categoriais que alicerçaram esse texto historiográfico. Trabalhando com um recorte temporal de cem anos (1722-1822), Palacín calçou sua narrativa a partir dos conceitos de “estrutura” e “conjuntura”. Ao afirmar, na introdução da obra, que seu “interesse centra-se não nos fatos, senão nos processos, no que tem de durável ‘a estrutura’, e

no que tem de transitório ‘a conjuntura’, traçando grandes linhas sem entrar em análises pormenorizadas dos processos particulares” (PALACÍN, 1976, p. 12), o autor acabou evidenciando, preliminarmente, o indício dos *Annales* em sua pesquisa. A relação desses conceitos utilizados por Palacín com a historiografia francesa, pode ser atestada nas colocações de Peter Burke:

Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. (BURKE, 1997, p. 12)

É preciso ressaltar que o uso desses conceitos por parte de Fernand Braudel se deu por meio de uma aproximação com outras áreas do conhecimento, principalmente com as ciências sociais, a economia e a geografia. Entre as décadas de 1960 e 1970, Braudel recebeu com entusiasmo os métodos quantitativos empregados por seus colegas, dentre eles Ernest Labrousse. “As obras desses economistas, saturadas de gráficos e tabelas, referem-se a movimentos de longa duração e a ciclos de curta duração, ‘crises cíclicas’ e ‘interciclos’” (BURKE, 1997, p. 68). Labrousse, buscando maneiras de mensurar as tendências econômicas, utilizou conceitos, métodos e teorias de economistas preocupados com os ciclos econômicos de curta e longa duração. Braudel reconheceu a importância dessa história econômica de Labrousse para sua geração de historiadores, sobretudo, o uso dos conceitos de “estrutura” e “conjuntura”, largamente discutidos pela economia, e que migraram para suas elucubrações teóricas. Segundo Fernand Braudel, “foi Ernest Labrousse e os seus discípulos que puseram em marcha, com o Congresso Histórico de Roma (1955), uma ampla investigação social sob o signo da quantificação” (BRAUDEL, 1972, p. 12).

Além da apropriação desses recursos categoriais oriundos da historiografia francesa, o próprio recorte temporal, eleito por Palacín, sinaliza para o rastro dos *Annales* encontrável nessa obra. O corte no tempo, de um período secular (1722 a 1822), e seu interesse centrado “não nos fatos”, mas nos processos, no que tem de durável “a estrutura” e no que tem de transitório “a conjuntura”, demonstra uma abordagem de longa duração, não assentada no nível da “superfície dos acontecimentos”. Para essa delimitação temporal, Palacín elegeu dois marcos significativos em sua análise: 1722, o início da expedição exploradora da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, que encontrara ouro na região de Goiás; e 1822, ano da independência

do Brasil, momento em que o governo português deixou, oficialmente, a direção do projeto colonizador do Brasil.

Dentro desse recorte de cem anos, Palacín apresentou a dinâmica conjuntural que caracterizou a atividade mineradora em Goiás. A conjuntura desse período, segundo o autor, foi marcada pelos momentos de “apogeu” e “decadência” dessa atividade. Essa dinâmica conjuntural foi apresentada por Palacín a partir de suas especificidades no processo de exploração aurífera numa região de minas:

o “descobrimento”, marcado pela expansão febril, a pressa e a semi-anarquia; o “apogeu”, marcado por um período breve, mas brilhante de exploração do minério e a posterior transição, de forma súbita, para a “decadência”, um período amargo, lento e agonizante de diminuição progressiva desta exploração, caminho para a ruína econômica. (PALACÍN, 1976, p. 15)

Nessa análise, Palacín privilegia a perspectiva econômica, visto que o tema que circunscreve a obra é a atividade mineradora em Goiás. Diante disso, visando cartografar essa conjuntura de apogeu econômico, Palacín explicitou alguns aspectos da “realidade goiana”, à época da mineração, bem como da política administrativa portuguesa, que marcaram esse período. No primeiro capítulo, intitulado “O ouro de Goiás”, Palacín destacou que o descobrimento de Goiás se deu com a descoberta de ouro na região. A grande quantidade de arraiais edificados nesse momento inicial da exploração seria um dos sintomas do fausto do ouro, fase efêmera, mas de grande intensidade, seja na dinâmica populacional, seja na estruturação de um aparelho administrativo que promovesse a maior exploração das minas. Outro indicador desse período próspero seria a chamada “anarquia dos começos” (PALACÍN, 1976, p. 34), resultado da expansão febril da mineração e ampliada pela intensa migração ocorrida na região que, por abrigar pessoas de “todos os tipos”, sequiosas pelo enriquecimento rápido, eram resistentes a qualquer tipo de ordem que se pudesse estabelecer. A exposição sobre a conjuntura de “apogeu” da atividade mineira em Goiás foi completada com outros sinais dessa prosperidade: a proibição do trabalho em outra atividade que não a mineradora e a busca incansável por novos “descobertos”. Somavam-se a esses fatores o quantitativo populacional e a forte tributação do Estado português sobre as regiões mineiras.

O recolhimento de tributos, segundo Palacín, também apontava para esses períodos de prosperidade e de crise. A retomada na aplicação do quinto, por exemplo, foi indispensável para a construção de uma casa de fundição

em Goiás. Como a lei que restabelecia a tributação do quinto foi aplicada em Goiás somente em 1751, o autor elegeu essa data como um dos marcos do apogeu, pois esse dispositivo jurídico previa ainda a abertura de sete casas de fundição no Brasil: quatro em Minas Gerais e uma em Goiás. Palacín compartilhou com o parecer do antigo governador da Capitania de Goiás, Delgado Freire de Castilho, que sublinhou o ano de 1778 como o fim do período de abundância e o princípio da decadência, com base na queda da arrecadação do quinto.

Na seqüência de sua análise, o autor mostrou que a inversão dessa conjuntura ocorreu entre os anos de 1775 e 1780. A conjuntura de “decadência” podia ser percebida, segundo Palacín, por meio da queda da população, da quebra do rendimento das minas, da diminuição dos rendimentos advindos dos impostos, do decréscimo da mão-de-obra por estancamento da importação de escravos, do estreitamento do comércio interno com tendência à formação de zonas de economia fechada, de um consumo dirigido à pura subsistência, da ruralização, do empobrecimento e do isolamento cultural. Com a diminuição da exploração aurífera, a decadência era sentida, igualmente, por meio do “desprezo ao trabalho, pelo gosto à ociosidade e pelo derrotismo moral, um estado permanente de apatia, de resignação muito próxima da desesperança, traduzido num sentimento comum: a tristeza” (PALACÍN, 1976, p. 200).

O uso dos conceitos de “estrutura” e “conjuntura”, a análise de longa duração e o enfoque de natureza econômica não constituem os únicos indícios da apropriação, por parte de Palacín, da perspectiva teórica braudeliana. O uso sistemático de dados estatísticos, tabelas e gráficos, nesse texto, também revela a bagagem francesa desse historiador espanhol. Como metodologia tributária da economia, Palacín utilizou-a como forma de demonstrar as particularidades da conjuntura que caracterizou a atividade mineradora em Goiás. O próprio Fernand Braudel acentuava a importância desses instrumentos quantitativos como meios metodológicos de explicação de uma dada estrutura ou conjuntura: “acredito na utilidade das longas estatísticas, na necessidade de remontar até um passado cada vez mais longínquo estes cálculos e investigações. [...] Sem dúvida, a estatística simplifica para melhor conhecer” (BRAUDEL, 1972, p. 38). Essa predileção de Palacín pela mensuração, como instrumento metodológico de auxílio à pesquisa histórica, foi retificada por um historiador contemporâneo a Palacín, o professor Juarez Costa Barbosa:

Padre Palacín, como um bom europeu, fazia questão de trabalhar em cima do documento. [...] Então, ele pegava os balanços para calcular quantas pessoas tinham, qual era a renda da região, para ver mais ou menos qual era o tipo de vida. (Apud SILVA, 2002, p. 65)

Portanto, mesmo não tendo Luis Palacín revelado suas referências teóricas, sob meu ponto de vista, a historiografia francesa dos *Annales*, de inspiração braudeliana, foi fundamental para a edificação dessa obra. Acredito que o silêncio de Palacín quanto a essas referências pode ser explicada a partir de sua concepção de ciência. Nas obras de seu início de carreira, fica evidente que a pesquisa empírica se sobrepõe aos aportes teóricos. Para ele, os princípios norteadores da cientificidade da história seriam dados, sobretudo, pela regulação metódica. A explicitação dos referenciais teóricos se constituía em um procedimento secundário. É preciso esclarecer, porém, que o realce dado por Palacín às fontes e documentos sobre os quais pesquisou, em detrimento das concepções teóricas de que se apropriou, não o classifica como um historiador “empirista”, uma vez que formulou problemas e construiu hipóteses sobre os objetos em estudo. Essa característica demonstra as heranças encontráveis em Palacín, da concepção moderna de ciência da história, em que os métodos de pesquisa tinham maior visibilidade que outros princípios do conhecimento histórico, como, por exemplo, a teoria e a reflexão sobre a narrativa.

Por sua importância na historiografia goiana, essa obra merece uma derradeira consideração. Várias foram as críticas endereçadas a Palacín no que tange a essa pesquisa: a predominância das fontes oficiais, que se silenciavam em relação à existência de outras atividades econômicas ocorridas no período, visto que eram consideradas ilegais; a amplitude de sua abordagem que acabava se aproximando da noção de ciclo econômico. Além disso, as noções de “apogeu” e “decadência” foram alvos de intensos debates. Para alguns críticos, essa interpretação fora calcada na perspectiva dos viajantes europeus do século XVIII, que observaram a “realidade goiana” com seus olhares “europeizantes”, o que não resguardava a especificidade histórica e cultural de Goiás daquele período. Embora submetida ao crivo da crítica historiográfica, sob o meu ponto de vista, essa obra não perdeu sua validade, pois, a partir dela, inaugurou-se um novo momento na produção histórica em Goiás: o da consolidação da ciência da história. Após essa tese, os historiadores que militavam nas latitudes desse estado buscaram primar pelo rigor teórico-metodológico de suas pesquisas. E, finalmente, não há como negar que essa obra marcou a “chegada” dos *Annales* a Goiás, visto que não

se tem notícia de outra produção historiográfica goiana, anterior a essa, que traga em seu bojo os elementos teóricos dessa escola francesa.

Outro aspecto que marcou a produção historiográfica de Luis Palacín, durante os anos 70, foi sua busca por converter obras técnicas, ligadas ao conhecimento acadêmico, em obras didáticas, numa tentativa de possibilitar o acesso à história de Goiás por um público não especializado. O livro *História de Goiás (1722-1972)*, que escreveu em companhia de Maria Augusta Santana de Moraes, representou esse anseio de viabilizar um “conhecimento básico” sobre a história do estado. Nessa obra, que ostenta a feição de um livro didático, os autores narraram a história de Goiás num enfoque político, percorrendo desde a expedição do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva até o governo militar em Goiás. O público-alvo era o que chamaríamos hoje de ensino fundamental. Certamente, essa foi uma das primeiras obras com pretensões didáticas que buscou reconstruir um quadro geral, mesmo que sintético, da história do estado. A própria historiadora Maria Augusta Santana confirmou essa preocupação de Palacín em divulgar a história de Goiás:

Depois que eu terminei minha tese de doutorado, o Palacín me procurou para nós fazermos um trabalho didático sobre a história de Goiás, porque Goiás era carente de trabalhos didáticos. Nós fizemos esse trabalho em 75, por aí. Foi um trabalho voltado, naquela época, para o público que nós falávamos de ginásio. (Apud SILVA, 2002, p. 83)

A trajetória historiográfica trilhada por esse pesquisador espanhol, apresentou, porém, novos itinerários durante os anos 80 e 90. Perscrutando o inventário das obras palacinianas desse período, percebe-se uma clara mudança de curso, que se evidenciou sob a forma de alterações teóricas e metodológicas em seus textos. Cotejadas com a produção dos anos 70, as narrativas historiográficas do autor produzidas nos anos 80 e 90 apresentaram sensíveis modificações teórico-metodológicas, que refletiam as novas concepções historiográficas absorvidas por esse pesquisador. Esse novo caminho historiográfico pode ser delimitado a partir dos seguintes aspectos: o abandono da análise estrutural, apresentando pesquisas com curtos recortes temáticos e temporais; a predominância de estudos que tratavam as manifestações culturais humanas como objeto de pesquisa, em detrimento das análises das dinâmicas econômicas e políticas anteriormente realizadas; a importância dada à discussão teórica e conceitual, postura relegada a plano secundário em suas obras iniciais; e, finalmente, o uso de fontes orais.

Essa nova via teórica percorrida por Palacín pavimentou-se, inicialmente, na obra *Sociedade colonial: 1549-1599*, de 1981, e foi seguida por seus trabalhos dos 80 e 90. Nessa primeira pesquisa da década de 1980, o recorte temporal de cinquenta anos (1549-1599), diferente dos 100 anos de *O século do ouro em Goiás*, acabou sendo agregado a seus recortes temáticos: os impactos sofridos pelas sociedades indígenas do Brasil, diante do choque cultural com os colonos portugueses, bem como a gênese da sociedade colonial. Nas obras que produziu sobre o Padre Antônio Vieira, a opção temática, a análise do pensamento vieirense, delimitou o corte no tempo: a própria vida de Vieira. Em *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*, mais uma vez, o eixo temático demarcou a fronteira temporal: a análise da política coronelística no extremo norte goiano, a atuação política do padre João e as três revoluções em Boa Vista.

Logo, ficou perceptível que, nas obras palacinianas desse período em questão, os sujeitos históricos (Padre Vieira, Manuel Calado e Padre João) ou as manifestações no campo da cultura (o barroco, momentos ideológicos) ganharam importância em relação às análises das linhas estruturais, do serial, das quantificações ou das dinâmicas sócio-econômicas.

Na base dessa nova trajetória historiográfica trilhada por Palacín observam-se outras mudanças: a predominância de trabalhos situados no campo da cultura e a importância destinada ao debate teórico. Em *Sociedade colonial: 1549-1599*, a preferência de Palacín por analisar os impactos culturais sofridos pelas sociedades indígenas, durante o processo colonização; a preocupação em retratar o ambiente cultural brasileiro da segunda metade dos quinhentos; o empenho em revelar os dramas morais enfrentados pelos jesuítas, em seu ardor missionário dos primeiros anos, são elementos que certificam, naquele momento, sua predileção pelos fenômenos ocorridos no “anfiteatro” da cultura.

Continuando esse novo percurso historiográfico, Palacín publicou, em 1983, o livro *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Esposando uma mescla de abordagem política e cultural, o autor buscou compreender a ofensiva pombalina contra os jesuítas em Goiás, bem como as irregularidades administrativas do governo da capitania de Goiás, que ensejaram a instauração de uma devassa na gestão do ex-governador Conde de São Miguel. Uma questão candente nessa pesquisa foi a análise sobre o alcance da perseguição pombalina ao que o autor chamou de “subversão jesuítica”, sustentada por uma campanha sistemática de propaganda ideológica contra os integrantes da Companhia de Jesus daquele período. Finalizou seu trabalho examinando o comportamento do

funcionalismo público e ressaltando que as irregularidades administrativas comuns no governo da capitania de Goiás, durante o século XVIII, eram produto de uma conduta já arraigada no aparato administrativo da colônia: a privatização do público, ou seja, a tendência de valer-se do aparelho estatal para saldar dívidas em meio à crise da economia mineira.

Esse novo roteiro teórico foi prosseguido em *Quatro tempos de ideologia em Goiás*, de 1986. Identificando quatro momentos ideológicos na história goiana (a épica, a da administração colonial, a liberal e a da revolução de 30), Palacín, já na introdução, assumiu a inserção dessa obra no campo das análises culturais:

Uma investigação sobre mentalidade ou ideologia tem certa semelhança com uma investigação criminal, tal como nos têm acostumado a imaginá-la os grandes mestres do romance policial, uma Agatha Christie, ou um Simenon: é uma busca longa, feita através de detalhes, muitas vezes quase imperceptíveis, em que as ausências e os silêncios, os pequenos desajustes de coerência no relato são tão significativos, ou mais, que as declarações manifestas. [...] tratando-se de uma pesquisa setorial (valores morais, ou religiosos, ideais estéticos etc.) sua significação conserva quando se trata de caracterizar o pensamento de toda uma época, pois é sabido que os princípios ou certezas fundamentais que estruturam uma sociedade, permanecem quase sempre implícitos, *assueta vilescunt*, como escrevia Santo Agostinho. Ninguém se toma o trabalho de indicar o óbvio, de descrever o que todo o mundo vê. Por isso, as ideologias, como os *icebergs*, andam à deriva, empurradas pela história, submersas abaixo da linha de observação em suas quatro quintas partes. (PALACÍN, 1986b, p. 8)

Produzidos também no quadrante histórico dos 80 e 90, os trabalhos desse jesuíta espanhol sobre o Padre Antônio Vieira foram, por excelência, exemplares desse novo viés historiográfico seguido por ele. Nas obras, *Vieira e a visão trágica do barroco: quatro estudos sobre a consciência possível*, *O quinto império: utopia de um século férreo* e *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*, Palacín analisou o pensamento de Vieira sempre em consonância com a realidade social vivida por esse missionário luso. Manuseando o epistolário, sermões, obras e escritos de circunstância desse jesuíta dos seiscentos, Palacín apontou-o como um legítimo representante do barroco português, imerso em uma época de crise política e religiosa, marcada pelo domínio castelhano sobre Portugal e pelo avanço do protestantismo. Para comprovar essa opção teórica de Palacín por estudos

concernentes aos fenômenos culturais, apresento, a seguir, um trecho de *Vieira e a visão trágica do barroco*:

O tema comum é o estudo dos condicionamentos que o contexto social impõe a todo pensador em sua visão de mundo: a metodologia empregada é a aplicação sistemática do conceito de consciência possível ao estudo destes condicionamentos. [...] Tanto Vieira como [Frei Manuel] Calado, autores dos seiscentos, representam o barroco português e brasileiro com sua tensão formal entre a herança clássica e o tumulto de uma época apaixonada. Mas o conflito aqui esboçado refere-se não ao choque dos estilos, mas ao choque das mentalidades. Trata-se, portanto de um estudo de história das mentalidades. (PALACÍN, 1986a, p. 9)

Interessante é notar que a aproximação de Palacín com trabalhos no campo da análise cultural se deu a partir da apropriação de conceitos e métodos de uma “ala moderada”⁵ do marxismo, representada pelos estudos de Georg Luckács e Lucien Goldmann, bem como da chamada “Sociologia do Conhecimento”,⁶ de Karl Mannheim. Essas influências marxistas e da sociologia do conhecimento não só o aproximou dos fenômenos culturais como também contribuiu para a modificação mais abrasiva nesse Palacín “dos oitenta e noventa”: a importância destinada à discussão teórica e conceitual, procedimento que, em suas pesquisas iniciais, não era explicitada. Nesse “novo Palacín”, o documento, a fonte histórica, continuou tendo sua vitalidade como nas obras passadas, mas a teoria ganhou espaço privilegiado: discutir perspectivas teóricas e explicitar conceitos fizeram parte do rol de inovações apresentadas por esse historiador.

Preliminarmente, pode parecer um contra-senso minha afirmação de que Palacín abandonou as análises estruturais pertinentes à dinâmica econômica em favor de uma história temática, de cunho predominantemente cultural, e, ao mesmo tempo, aproximou-se do marxismo. É importante deixar transparente que essa aproximação se deu via Luckács e Lucien Goldmann, legítimos representantes de uma vertente não-ortodoxa do marxismo. Compreende-se esse veio cultural de Luckács e Goldmann a partir da relativização, preconizada por eles, do legado marxista, precisamente no que se refere à determinação da infra-estrutura sobre a superestrutura, e pela apropriação de pressupostos teóricos de Max Weber. Em *História e consciência de classe*, o próprio Luckács assumiu: “Hoje não lamento haver tomado minhas primeiras lições de ciências sociais com Simmel e Max Weber, e não com Kaustky [...]. Isso foi uma circunstância favorável para meu desenvolvimento” (LUCKÁCS, 1974, p. 75).

Essas andanças de Palacín pelas paragens da cultura e a clarividência na discussão teórica podem ser observadas por meio da utilização dos conceitos de “consciência possível” e “visão de mundo” de Lucien Goldmann, além dos de “ideologia” e “utopia”, de Karl Mannheim. Em *Vieira e a visão trágica do barroco: quatro estudos sobre a consciência possível*, de 1986, Palacín indicou, no título, o caminho metodológico que percorreu para a reflexão acerca do pensamento vieirense: a aplicação do conceito de consciência possível. Esse itinerário metodológico também fora seguido no livro *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*. Em ambas as produções, Palacín admitiu que absorveu o conceito trabalhado por Goldmann:

Goldmann – autor de uma profunda e extensa obra decorrente da aplicação deste princípio a diversas situações sociais – pensa que os condicionamentos históricos, que constituem a consciência possível de uma época a nível histórico significativo, vêm marcados pela consciência de classe. (PALACÍN, 1986a, p. 10)

Luckács e Goldmann encontram na consciência de classe a explicação das limitações da consciência num alcance historicamente significativo. [...] Toda classe social, extremamente coerente na defesa de seus interesses, elabora uma visão do mundo que exprime seus objetivos históricos e exclui os elementos contrários. Essa visão de mundo corresponde ao máximo de consciência possível daquela classe. (PALACÍN, 1998, p. 59)

Essa preocupação palaciniana com a transparência conceitual foi evidenciada, ainda, na introdução de *Vieira e a visão trágica do barroco*, quando ofertou sua definição de “consciência possível” a partir da concepção de Goldmann: “[consciência possível] indica o limite extremo que as circunstâncias reais da vida social impõem a um pensador, a uma corrente de pensamento, ou a toda uma época histórica, na percepção e análise da própria realidade” (PALACÍN, 1986a, 10). Entretanto, é fundamental mencionar que, mesmo tendo se apropriado do conceito de consciência possível de Goldmann, tanto em *Vieira e a visão trágica do barroco* quanto em *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*, Palacín acabou estendendo a significação desse conceito em sua análise sobre o pensamento de Vieira. Para Goldmann, os condicionamentos históricos que constituem a consciência possível de uma época vêm marcados pela consciência de classe. Já no entendimento de Palacín, esses condicionamentos não devem ficar restritos à consciência

classe, alargam-se a outros aspectos relacionados à vida humana, como a convicção religiosa, os ideais políticos e o gosto artístico.

A forma como Palacín se apropriou do conceito de consciência possível aproxima-o tanto de Lucien Goldmann, maior divulgador do termo, quanto da “sociologia do conhecimento”, cuja figura emblemática foi Karl Mannheim:

Rejeitando esta simplificação, mas aceitando o princípio – fundamento de toda sociologia do conhecimento – de que todo pensamento é socialmente condicionado, pareceu-me que o conceito de consciência possível se apresenta como um dos instrumentos de mais ricas virtualidades para a investigação dos processos de formação das mentalidades históricas. (PALACÍN, 1986a, p. 10)

Na obra *Quatro tempos de ideologia em Goiás*, de 1986, Palacín, igualmente, admitiu que se ancorou nos pressupostos da “sociologia do conhecimento” para analisar a relação dinâmica entre idéias e realidade humana, entre os tempos ideológicos e seus momentos específicos na história goiana:

Estamos aqui diante do princípio fundador da sociologia do conhecimento, de que todo pensamento é socialmente condicionado. Seria impossível negar este princípio, mas a verdade é que até hoje são muito poucas as evidências a este respeito. Como nascem, evoluem, se propagam as ideologias? Qual sua autonomia com respeito aos outros fatores de uma cultura? Quais as relações causais mútuas entre a base material, a estrutura social e as representações mentais? (PALACÍN, 1986b, p. 48-49)

Nesse mesmo livro, outro indício da influência de Goldmann acabou sendo explicitado. No esclarecimento do conceito de ideologia, utilizado para a compreensão de quatro momentos distintos da “história das idéias” em Goiás, Palacín ofereceu sua definição: “Ideologia é entendida aqui no seu sentido mais amplo: a mentalidade dominante numa época, no conjunto da sociedade, ou pelo menos entre um grupo ou classe social. Coincide assim com o que Goldmann intitulou de visão de mundo” (PALACÍN, 1986b, p. 7). Em *Ciências Humanas e Filosofia: que é a sociologia?*, o próprio Goldmann destacou a relação entre “visão de mundo” e “consciência possível”:

Os grandes escritores representativos são aqueles que exprimem, de uma maneira mais ou menos coerente, uma visão de mundo que

corresponde ao máximo de consciência possível duma classe; é o caso, sobretudo, dos filósofos, escritores e artistas. Para o homem da ciência a situação às vezes se apresenta diferente. Sua tarefa essencial é chegar ao conhecimento mais vasto e adequado da realidade. (GOLDMANN, 1974, p. 48-49)

Esse passeio palacíniano pelas adjacências da sociologia do conhecimento pode ainda ser rastreado em seu artigo “O Quinto Império: a utopia do século férreo”. Quinto Império, uma das profecias de Padre Antônio Vieira, seria um futuro reino cristão que se instalaria no mundo, tendo como governante um rei português. Palacín esclareceu que o sentido atribuído à “utopia”, no caso do Quinto Império, não era, exclusivamente, tributário da significação mais comum dada ao termo, como um modelo ideal inatingível, mas herdava, sobretudo, a acepção cedida por Mannheim à “utopia”⁷. Em mais um exercício de extensão conceitual, Palacín acabou adotando um termo médio, no qual acoplou ambos os significados:

De acordo com a inflexão dada por Mannheim a utopia – *Ideologia e Utopia*, 1929, de pensamento orientado para a transformação da sociedade – o Quinto Império seria, certamente uma verdadeira utopia [...]. Tomamos, pois, aqui utopia como o termo médio destas duas acepções: a visão do estado final da humanidade, realização plena de toda sua história, mas que deve ser atingido através de um duro exercício de provação. Uma expectativa radiante que nos convida para a ação. E é precisamente o fato de ter Vieira qualificado o estado definitivo e ótimo da humanidade de império e ter assinalado o embate bélico como meio necessário para a constituição deste império, que deu origem ao título deste ensaio: “Quinto Império, utopia de um século férreo”. (PALACÍN, 1994, p. 111-112)

Em *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*, o autor fez uma alusão aos conceitos de “utopia” e “ideologia” para a análise de algumas contradições encontráveis no pensamento de Vieira. Nessa obra, a reflexão central de Luis Palacín reside no seguinte postulado: quais teriam sido os condicionamentos que agiram sobre o Padre Antônio Vieira, legítimo advogado da liberdade e da dignidade humana, mas que, ao mesmo tempo, defendeu as formas institucionalizadas de opressão? Para viabilizar uma explicação sobre esse comportamento de Vieira, Palacín encontrou suporte teórico na obra *Ideologia e utopia* de Karl Mannheim:

Segundo Mannheim, as ideologias são formas de pensamento conservadoras, que se opõem à transformação da sociedade, enquanto utopias são aquelas que se orientam para produzir essa transformação. [...] No caso de Vieira, devemos procurar forças conservadoras que, em nome da continuidade e da estabilidade, impediram a aplicação dos princípios de liberdade individual na prática da vida social. (PALACÍN, 1998, p. 60)

Nesse novo trajeto historiográfico esposado por Luis Palacín nas décadas de 1980 e 1990, um último itinerário merece ser mencionado: o uso de fontes orais. Na pesquisa e confecção da obra *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*, de 1990, as fontes orais deram sustentáculo metodológico a suas hipóteses. À primeira vista, o fato de Palacín não utilizar fontes orais em textos anteriores estaria circunscrito a impeditivos de ordem temporal, ou seja, como analisava objetos pertencentes aos séculos XVI ao XIX, tornava-se impossível valer-se desse tipo de documento. Isso é fato incontestável. Todavia, sob meu ponto de vista, isso não explica totalmente o desapego pelo relato oral em seu início de carreira. Em uma obra de 1976, *A Fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás*, Palacín poderia ter se valido de fontes orais para analisar o objeto em estudo, tendo em vista que a construção da nova capital goiana se deu na década de 1930, sendo perfeitamente possível, nos anos 70, encontrar pessoas que participaram, direta ou indiretamente, desse processo. O mesmo argumento se aplica à obra *História de Goiás: 1722-1972*, de 1977. Mesmo revestido de pretensões didáticas e se dirigindo ao público não especializado, esse livro apresenta uma série de documentos escritos citados pelos autores (Palacín e Maria Augusta de Santana). Como nessa obra os autores também analisaram a política goiana do século XX (até os anos 1970), eles poderiam, da mesma forma, ter empreendido uma expedição ao passado através de fontes orais. Logo, além dos impeditivos de cunho temporal, quando foi o caso, deve-se considerar que, em Goiás, somente nas décadas de 1980 e 1990, é que as fontes orais começaram a ser valorizadas como forma de acesso ao passado e, com certeza, Palacín foi um dos pioneiros no uso dessa metodologia. Para exemplificar esse novo ímpeto metodológico palaciniano, selecionei um trecho da obra *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*, em que o próprio autor chancelou a importância das fontes orais para a compreensão de certos fenômenos em estudo:

Quase todas as obras, que umas vezes se aproximam da crônica – mera coleção de fatos isolados unidos entre si pela proximidade cronológica –

, e outras do depoimento oral, carecem dos princípios básicos da metodologia histórica, mas oferecem uma contribuição importante na recriação de ambientes, e na causa factual; como na história oral, quando se trata de testemunhas de fatos remotos, a utilização destas obras precisa de uma crítica prévia para situar as informações que oferecem no seu devido contexto. (PALACÍN, 1990, p. 234)

Portanto, no que tange aos caminhos historiográficos trilhados por Luis Palacín Gomez, os anos 80 e 90 ficaram marcados por essa renovação teórico-metodológica: os fenômenos materiais, antes privilegiados, passaram a ser analisados em sua íntima relação com os fenômenos culturais; discutir conceitos, posições teóricas, passou a ser fundamental naquele momento de sua carreira. Não obstante, independente das alterações teóricas ou metodológicas que o “historiar” palaciniano experimentou, uma característica se conservou em seu *modus operandi* historiográfico: o “apego metódico”, isto é, sua extrema preocupação com a pesquisa empírica inscrita em seus trabalhos. Essa valorização do método não se revestia somente da preocupação em tratar, cuidadosamente, as fontes, em propiciar um contato mais demorado com os documentos. Possibilitar novas pesquisas a partir da apresentação integral da fonte era um outro traço característico que se conservou durante sua trajetória como historiador. No entanto, a rigorosa metodização encontrada em Palacín não significava que o mesmo não construía hipóteses, ou não edificara interpretações acerca dos fatos históricos sobre os quais se debruçou. Palacín pesquisou, formulou problemas, interpretou, a seu modo, conforme seus cânones metódicos, segundo seus referenciais teóricos. A visibilidade que dava à fonte histórica e o seu não-enquadramento em qualquer escola historiográfica específica são provas de que, mais do que estabelecer filiações teóricas, Luis Palacín Gomez desejava ensinar como se construía conhecimento histórico a partir de sólidas pesquisas.

REVISITING LUIS PALACÍN'S HISTORIOGRAPHICAL WAYS

ABSTRACT: In this article, I search to reflect on the historiographical's trajectory of Luis Palacín in the state of Goiás. Specialist in modern history, with knowledge accumulated in theory of history, philosophy and theology, Palacín was not associated, in a theoretical's point of view, to any chain, but he appropriated himself of different theoretical references, according to the historical moment of his researches. In the beginning of his career, his works were marked by socio-economic aspects, under a French school's influence of “Annales”; in the 80's, he was interested the culture's

field phenomena with analyses anchored in concepts absorbed from the Knowledge's sociology of Karl Mannheim and of the Lucien Goldmann's marxism.

KEY WORDS: Theory of history, historiography, Luis Palacín.

NOTAS

- 1 Nascido em Valladolid, aos 21 dias do mês de junho de 1927, Luis Palacín Gómez ingressou, com 17 anos, na Companhia de Jesus, mais precisamente no Noviciado de San Estanislau, em Salamanca. Durante os anos de 1948 e 1951, cursou licenciatura em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Comillas; entre 1951 e 1954, dedicou-se ao curso de História nas Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostela, sendo que, de 1954 a 1958, diplomou-se em Teologia pela Universidade de Comillas. Em 15 de julho de 1957, foi ordenado sacerdote na cidade de Comillas e pouco depois, já em 1958, foi transferido por seus superiores ao Brasil, onde realizou sua Terceira Provação. No início da década de 1960, veio para Goiás evangelizar e ministrar aulas pela Universidade Católica de Goiás. Posteriormente, também ingressou na Universidade Federal de Goiás, onde foi um dos responsáveis pela consolidação do curso de pós-graduação em História. Entre os anos de 1965 e 1967, fez seu doutoramento pela Universidade Complutense de Madri. Desde que chegou à cidade de Goiânia, Palacín adotou-a como um novo lar, nela permanecendo até sua morte em 1998.
- 2 Um dos motivos da transferência de Palacín para Goiânia foi o fato de que, na década de 1960, a direção da Universidade Católica de Goiás fora entregue aos jesuítas. Dentre os jesuítas que vieram para a capital goiana estava Luis Palacín, teólogo, filósofo e historiador, logicamente muito útil para a nascente universidade. Em sua dissertação de mestrado, João Oliveira Souza, expõe os motivos pelos quais a Universidade de Goiás, posterior Universidade Católica de Goiás, fora administrada pelos jesuítas. Para a discussão desse tema, ver SOUZA, João Oliveira. *Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960)*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFG, 1999.
- 3 Além dessas obras citadas, podemos mencionar, também, as que não estão relacionadas com história de Goiás: *Sociedade colonial (1549 e 1599)*, *Vieira e a visão trágica do barroco: quatro estudos sobre a consciência possível* e ainda *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*.
- 4 Uma análise minuciosa da produção de Luis Palacín realizei em minha dissertação de mestrado intitulada *O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacín sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen*, defendida em 2006.

- 5 Por “ala mais moderada” do marxismo ocidental refiro-me a autores “não-ortodoxos”, àqueles que não advogam a causalidade determinista da infraestrutura sobre a superestrutura e que se aproximam das análises acerca da relação entre manifestações culturais e realidade humana. Esses autores citados, Luckács e Goldmann, ficaram marcados por sua aproximação com os estudos de Max Weber.
- 6 “Sociologia do Conhecimento”, grosso modo, é entendida como campo do conhecimento social que se interessa pela compreensão das idéias e os modos de pensar a partir seu contexto histórico-social. Um dos maiores, senão o maior expoente da “sociologia do conhecimento”, foi o húngaro Karl Mannheim.
- 7 Penso serem dignas de nota as considerações formuladas por Mannheim sobre utopia: “As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em dada época não contem. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra-atividade, transformar a realidade histórica existente outra realidade, mais de acordo com suas próprias convicções” (MANNHEIM, 1986, p. 219).

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. *A escola dos annales 1929-1989: a Revolução Francesa na historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?* Tradução de Lupe C. Garaude e José Arthur Giannotti. São Paulo: Difel, 1974.
- LUCKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Escorpião, 1974.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- PALACÍN, Luis. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.
- _____. *A fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- _____. *Sociedade colonial: 1549-1599*. Goiânia: Ed. UFG, 1981.
- _____. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1983a.
- _____. *Vieira e a visão trágica do Barroco: quatro estudos sobre a consciência possível*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986a.

_____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Cerne, 1986b.

_____. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: Ed. UFG; São Paulo: Loyola, 1990.

_____. O quinto império, utopia de um século férreo. *Ciências Humanas em Revista*, v. 5, n. 2, p. 107-118, jul./dez, 1994.

_____. *Vieira entre o reino imperfeito e o reino consumado*. São Paulo: Loyola, 1998.

SILVA, Kamilly Barros de Abreu. *A instituição vivida: a memória dos pioneiros do curso de história da Universidade Federal de Goiás*. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Goiás, 2002.

SOCHOR, Lubomír. Luckács e Korsch: a discussão filosófica dos anos 20. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo – o marxismo na época da terceira internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Tradução de Carlos N. Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia R. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SOUZA, João Oliveira. *Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960)*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.